

Audiências públicas sobre túnel Santos-Guarujá iniciam em abril

Informação é da Autoridade Portuária de Santos (APS), que discute cronograma da obra com o Governo Federal

BÁRBARA FARIAS
DA REDAÇÃO

A Autoridade Portuária de Santos (APS) dará início às audiências públicas sobre o túnel submerso Santos-Guarujá em abril. Considerada a maior obra de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, o projeto tem orçamento calculado em R\$ 5,8 bilhões.

No último dia 11, em Brasília, o presidente da APS, Anderson Pomini, se reuniu com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), e com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, para discutir o cronograma da obra, que ainda não está definido, de acordo com a Autoridade Portuária.

A ligação seca entre as duas margens do Porto de Santos poderá sair do papel por meio de parceria público-privada (PPP) e, por isso, está qualificada no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), da União.

Recentemente, o presidente da APS disse que o edital do túnel submerso deverá ser lançado ainda neste ano, com início das obras previsto entre 2024 e 2025 e conclusão entre 2028 e 2029. Em 21 de dezembro, a Autoridade Portuária anunciou a contratação da Fundação Vanzolini para realizar os estudos de modelagem jurídica e econômica do empreendimento.

Para a viabilização do túnel submerso, a gestora do



Ligação seca entre as margens Direita e Esquerda do Porto de Santos é um projeto analisado na Baixada Santista desde a década de 1920

Porto de Santos, em consenso com o Ministério de Portos e Aeroportos, optou por aproveitar o trabalho da extinta Desenvolvimento Rodoviário (Dersa), cujos projetos básico e executivo já foram aprovados e as licenças ambientais concedidas,

necessitando apenas de revalidação, de acordo com a Autoridade Portuária.

Em maio do ano passado, a APS solicitou ao Governo do Estado o envio do projeto da Dersa, os projetos básico e executivo e a renovação das licenças. Mas, segundo

a estatal, a documentação nunca foi enviada. "A APS, desde 19 de maio de 2023, vem solicitando a participação do Estado em relação à obra do túnel", informou.

Em 2023, a estatal criou uma comissão mista com diversos entes diretamente

envolvidos ou que serão afetados pelo empreendimento para discutir o aprimoramento do traçado. Entre as principais alterações, optou-se por não realizar nenhuma desapropriação na Margem Direita do Porto, do lado de Santos.

A comissão mista realizou 18 reuniões com a participação das prefeituras de Santos e Guarujá, associações de engenheiros, segmentos da comunidade portuária, sindicatos, moradores do entorno das embocaduras do túnel e outros setores.

"Todos foram consultados sobre traçado, tarifas e modais a serem incluídos. Apresentaram mudanças que foram incorporadas e, ao final, chegaram a um consenso sobre o traçado e conheceram projetos semelhantes de túneis pelo mundo. Também se manifestaram a favor das contribuições do Governo do Estado. A discussão permanece em aberto", destaca a APS.

PARTICIPAÇÃO DO ESTADO

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) manifestou no ano passado interesse em participar do projeto da ligação seca entre Santos e Guarujá. A intenção era contribuir com o aprimoramento do projeto e com 50% do financiamento da obra no canal de navegação do Porto de Santos, em área federal.

O projeto foi qualificado no Programa de Parcerias em Investimentos (PPI) do Governo de São Paulo. Contudo, o Estado poderá declinar de sua participação no empreendimento, uma vez que a União aventou com a possibilidade de não contar com o suporte financeiro paulista.

Questionado, o Estado informou, em nota, que em dezembro, contratou a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para atualizar o projeto realizado pela Dersa, "com o objetivo de realizar o leilão no segundo semestre deste ano". O estudo também atualizou o valor da obra para R\$ 5,96 bilhões, porém, o Executivo estadual não informou os detalhes do levantamento realizado pela Fipe.

CARLOS NOGUEIRA - 14/12/20